

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DO CURSO

AS PRIVATIZAÇÕES E OS FLUXOS DE CAPITAL EXTERNO NO BRASIL

Luciano Camargo da Silva Neves

Nº de matr 9314038

Orientador: Marcelo de Paiva Abreu

Dezembro de 1998

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DO CURSO

AS PRIVATIZAÇÕES E OS FLUXOS DE CAPITAL EXTERNO NO BRASIL



Luciano Camargo da Silva Neves

Nº de matr 9314038

Orientador: Marcelo de Paiva Abreu

Dezembro de 1998

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo meu tutor”.

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

Meus agradecimentos são em primeiro lugar, aos meus pais que puderam proporcionar o meu estudo de graduação na melhor escola de economia do país e pelo apoio que me foi dado por eles durante todo o percurso do curso, que é duro porém gratificante quando chegamos ao final, realizando nosso objetivo.

Quero agradecer também ao meu irmão e meu avô, que sempre me confortaram nos momentos de dificuldades e pela compreensão que estes tiveram comigo quando estava com o humor inconstante.

Devo agradecer ao meu orientador, o professor Marcelo Abreu, pela paciência a mim destinada, em virtude de problemas estruturais que ocorreram no percurso deste difícil e árduo trabalho.

Por fim quero agradecer aos amigos e parentes pelas palavras de incentivo e por sempre acreditarem em mim.

Índice:

Introdução	5
I – Um rápido histórico do papel do Estado na economia brasileira	6
II – A entrada de capital estrangeiro para o Brasil antes 1994	8
III – PND, como este instrumento de reforma do estado contribuiu para o influxo de capital externo a partir de 1994	11
III.1 – Tipos de moedas usadas na privatização	14
III.2 – Privatizações por setor	16
III.3 – Privatização por setores	20
III.4 – Desestatização de algumas empresas por setores	23
IV – Projeções futuras para a privatização e a entrada de investimentos estrangeiro	30
Conclusão	38

Introdução:

A entrada de capital externo para investimento direto no Brasil de forma relevante começa a se dar a partir de 1994, e isso se deve a mudança de várias políticas econômicas adotadas pelo Brasil.

A estabilização da economia e da moeda via controle da inflação no 2º semestre de 1994 foi uma importante medida, a qual influenciou os investidores estrangeiros, que a partir dessa data poderiam planejar melhor seus investimentos e os respectivos retornos. As mudanças na política de taxação dos lucros remetidos para fora do país, que antes apresentava taxas muito altas para o padrão internacional, foi outra. Porém a mais importante e a que mostra o aumento significativo do influxo de capital para o Brasil se deve ao Programa Nacional de Desestatização (PND), ou seja, o início das privatizações do setor público brasileiro, que despertou o interesse de investidores de todo o mundo para esse processo.

É a respeito de como esse processo de privatização influenciou, está influenciando, e influenciará a entrada de capital estrangeiro no Brasil que iremos tratar nesse trabalho de monografia, mostrando um rápido histórico da participação do governo na economia brasileira, seguido de um retrospecto da entrada do capital estrangeiro no Brasil antes de 1994, vendo depois como a entrada de capital se comportou desse ano até agora,

relacionando o grande aumento de capital ao advento das privatizações, e uma projeção de como será a tendência da entrada de capital no futuro com as privatizações e quando elas terminarem como o influxo de capital para o país se comportará.

I – UM RÁPIDO HISTÓRICO DO PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA BRASILEIRA:

A cultura estatal brasileira tem raízes históricas profundas. O papel econômico do Estado no Brasil pode ser dividido em duas categorias de funções: como regulador da atividade econômica e como participante direto desta.

Durante quase todo o período que o café dominou nossa Economia, o Estado aparece intervindo de todas as formas possíveis: comprando estoques, queimando safras, mexendo na taxa de câmbio e determinando a receita dos fazendeiros.

Em 1901, o Governo Brasileiro tomou grandes empréstimos estrangeiros para estatizar algumas ferrovias. Este processo continuou. Em 1929, 50% das ferrovias eram do Governo. Já em 1950, 96% das estradas de ferro eram estatais. E a idéia de usar políticas tarifárias para proteger a indústria local já estava estabelecida no final do século passado. Getúlio Vargas em 1941 criou a CSN alegando que uma indústria doméstica de aço era importante para a segurança nacional.

Em 1942, com grandes empréstimos internacionais, a Companhia Vale do Rio Doce foi criada. A preocupação maior era não deixar que companhias estrangeiras pudessem explorar nossos depósitos.

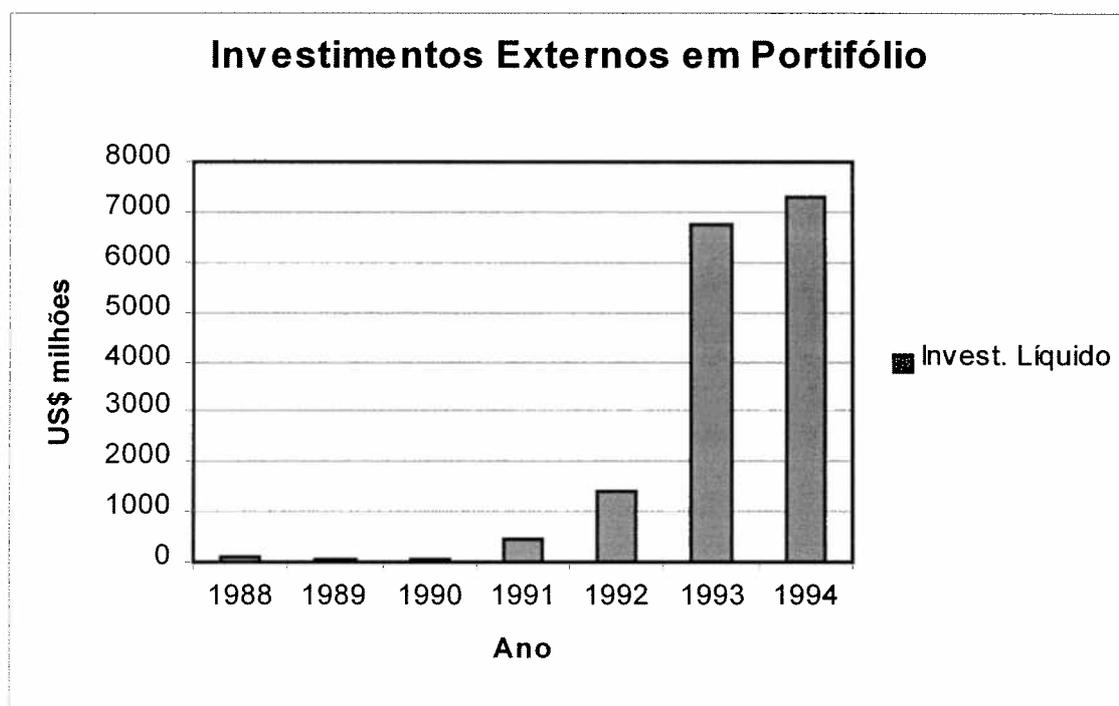
No começo dos anos 50, o debate entre nacionalistas e defensores do livre mercado tornou-se acirrado. Mas a idéia de que “O petróleo é nosso” prevaleceu e a Petrobrás foi criada.

Desde 1964, quando os militares tomaram o poder, até 1978 foram criadas 231 novas empresas públicas. Entre elas, estão incluídas a EMBRATEL e subsidiárias da Petrobrás e da CVRD, que estavam se expandindo para novas áreas. Podemos citar também a EMBRAER e a NUCLEBRÁS (que pretendia produzir energia nuclear e urânio enriquecido) de 1975 e suas numerosas companhias filiais. Em 1978, a ELETROBRÁS comprou a única companhia de eletricidade privada: a canadense Light. Nos anos 80, a Petrobrás controlava ou era sócia majoritária de 70 companhias.

Como podemos ver nesse rápido histórico o país apresentava uma política Nacionalista, com um protecionismo e uma preferência pela industria Estatal, limitando assim o capital estrangeiro a industria de bens de consumo.

II – A ENTRADA DE CAPITAL ESTRANGEIRO PARA O BRASIL ANTES DE 1994:

Como é sabido a entrada de capital estrangeiro para a economia brasileira ficou basicamente estagnada durante toda a década de 80. Os investimentos externos começaram a voltar ao Brasil a partir da década de 90, para se ser mais preciso em 1993 onde os investimentos externos em portfólio tiveram um aumento significativo chegando na casa dos US\$ 7 bilhões anuais. Veja como se comporta o gráfico abaixo mostrando as variações da década de 80 até 1994.



Os investimentos diretos só começam a entrar no Brasil a partir de 1994 e ainda assim

de forma modesta, tendo sua grande explosão em volume de investimento em 1996, e sem dúvida o grande responsável foi o processo de privatização adotado pelo Estado na década de 90, quando foi criado o PND (Programa Nacional de Desestatização), e a primeira privatização ocorreu logo em 1991.

Antes de 1994, como podemos ver o capital externo que entrou no Brasil foi basicamente na forma de investimentos de curto prazo, de caráter especulativo e com alta volatilidade, os investidores aproveitavam as altas taxas de juros oferecidas pelo mercado para alavancar seu patrimônio sem o menor interesse no desenvolvimento do país ou num investimento de caráter mais duradouro com linhas desenvolvimentistas.

III – PND, COMO ESTE INSTRUMENTO DE REFORMA DO ESTADO CONTRIBUIU PARA O INFLUXO DE CAPITAL EXTERNO A PARTIR DE 1994:

Em 1990, com a criação do Programa Nacional de Desestatização – PND, a privatização tornou-se parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo Governo. Com isso, a magnitude das privatizações foi significativamente ampliada.

A venda da Usiminas, por exemplo, em outubro de 1991, permitiu a arrecadação de mais que o dobro do obtido na década de 80 com US\$ 1.941,20 milhões. Assim o PND concentrou esforços na venda de estatais produtivas, pertencentes a setores anteriormente considerados estratégicos para o desenvolvimento do País, o que explica a inclusão de empresas siderúrgicas, petroquímicas e de fertilizantes no Programa.

Nesse período, as chamadas “moedas de privatização” (títulos representativos da dívida pública federal), foram utilizadas maciçamente na compra das estatais, foram desestatizadas 18 empresas nos setores de siderurgia, fertilizantes e petroquímica com uma arrecadação de US\$ 4 bilhões para o governo.

A partir de 1993/1994, intensifica-se o processo de transferência de empresas produtivas ao setor privado observando-se o término da privatização das empresas do setor siderúrgico. Nesse período temos a desestatização de 15 empresas, a arrecadação de US\$ 4,5 bilhões, sendo US\$ 2.626,8 milhões em 1993 com participação de US\$ 64,7 milhões do

capital estrangeiro e US\$ 1.965,6 milhões em 1994 com participação de US\$ 94,1 milhões do capital estrangeiro, e a alienação de participações minoritárias. Vemos também uma maior presença de moedas correntes porém isso não tira a importância dos outros meios de pagamento utilizados no PND.

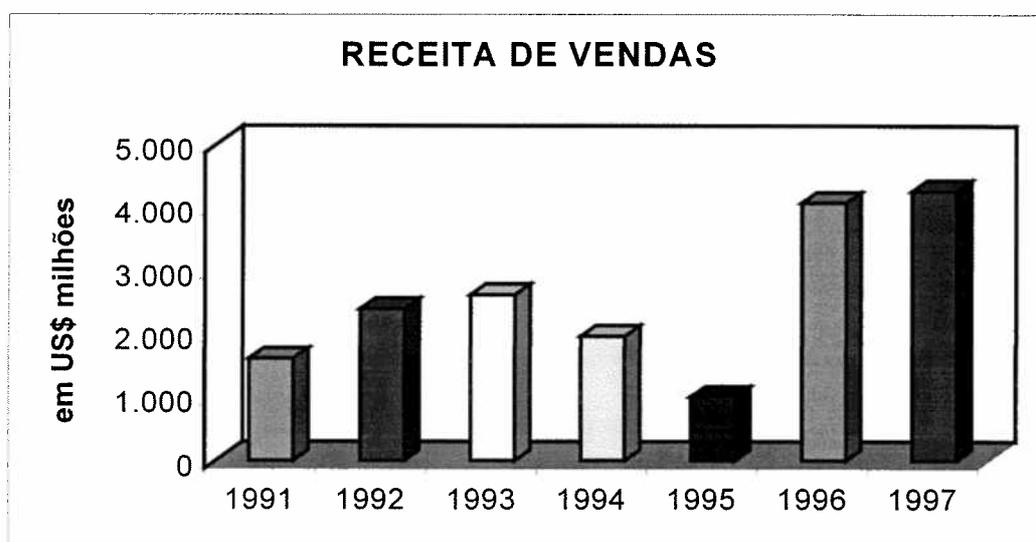
Na verdade com o intuito de ampliar e democratizar o PND foram introduzidas mudanças na legislação para permitir a ampliação do uso de créditos contra o Tesouro Nacional como meios de pagamento, além da eliminação da discriminação contra os investidores estrangeiros, permitindo sua participação em 100% do capital votante das empresas, algo que não acontecia antes, já que o governo impunha limites à entrada do capital estrangeiro por empresa privatizada.

Em 1995, com o início do novo governo, maior prioridade é conferida a privatização. O PND é apontado como um dos principais instrumentos de reforma do Estado. Foi criado o Conselho Nacional de Desestatização – CND, em substituição à Comissão Diretora, e praticamente concluída a privatização das empresas estatais que atuam no setor industrial. No período de 95/96 foram desestatizadas 19 empresas e arrecadados US\$5,1 bilhões com a participação de US\$ 4,1 milhões do capital estrangeiro.

Nessa fase do PND serviços públicos, como provisão de eletricidade, transportes e telecomunicações, estão sendo transferidos para o setor privado, tendo em vista a melhoria desses serviços para a população brasileira que estava sendo feito de forma ineficiente pelo Estado. Vemos também o processo de privatizações de empresas estaduais a cargo dos seus respectivos estados e com a ajuda do governo federal.

No início de 1997 intensifica-se a participação das privatizações das empresas dos estados, com o auxílio do BNDES na articulação dessas desestatizações, são vendidas a Cia de Eletricidade do Rio de Janeiro - CERRJ, a Cia Estadual de Gás do Rio de Janeiro – CEG, a Cia de Eletricidade da Bahia – COELBA e as Companhias de Distribuição Norte-Nordeste e Centro-Oeste da CEEE. Nesse ano são Desestatizadas 4 empresas arrecadando-se US\$ 4,3 bilhões.

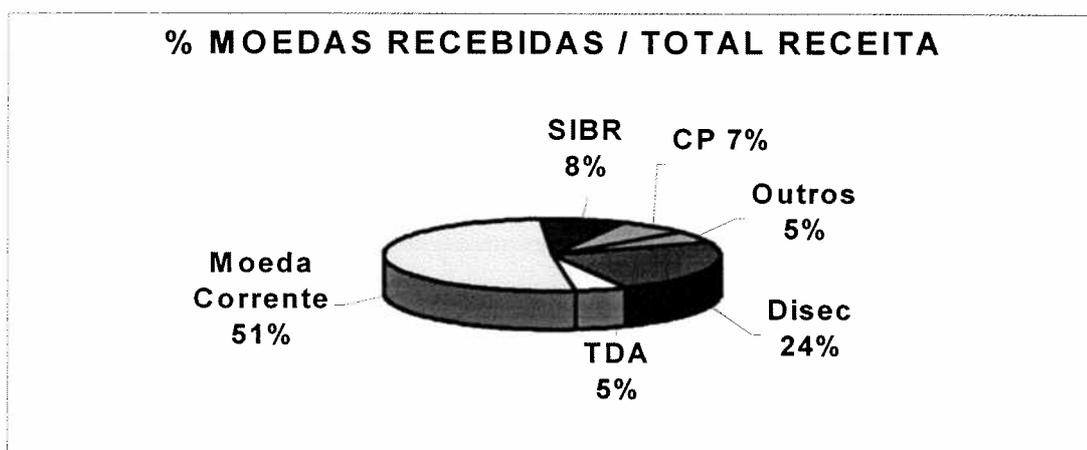
Período	Nº de Empresas	Receita de Vendas (US\$ milhões)
1991	4	1.614
1992	14	2.401
1993	6	2.627
1994	9	1.966
1995	8	1.003
1996	11	4.080
1997	4	4.265
Total	36	17.956



III.1 – TIPOS DE MOEDAS USADAS NA PRIVATIZAÇÃO:

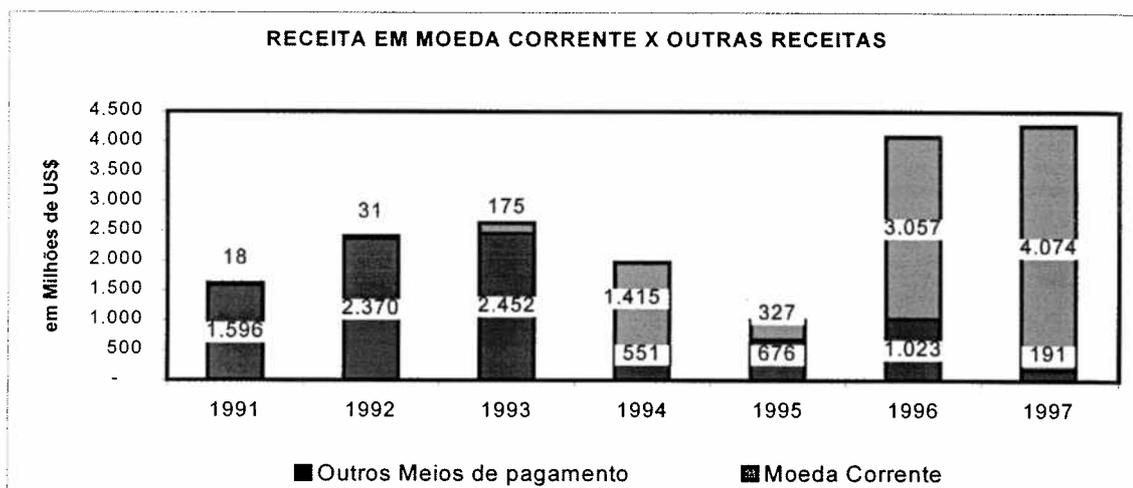
Nos primeiros anos da criação do PND, vemos várias empresas sendo privatizadas porém a maior parte das receitas não eram obtidas na forma de moeda corrente e sim em outros meios de pagamento como Dívidas Securitizadas da União (Disec), Debêntures da Siderbrás (SIBR), Títulos da Dívida Agrária (TDA) e Certificados de Privatização (CP).

O Banco Central, através da Resolução 2.062, de 12/04/94, regulamentou a conversão, em investimentos estrangeiros no Brasil, de títulos e créditos da dívida externa brasileira e respectivos encargos correspondentes a obrigações de entidades do setor público federal, no âmbito do PND, mediante a utilização de bônus decorrentes de reestruturação da dívida externa brasileira, além de regulamentar um deságio na casa dos 25% sobre o valor de face desses papéis utilizados como moeda de privatização. Porém a partir de Setembro/95, uma Resolução do Conselho Monetário Nacional eliminou essa restrição, e os papéis da dívida externa passaram a não mais sofrer deságio. Veja no gráfico da página seguinte como a moeda corrente e outros tipos de moeda se apresentam na forma de porcentagem sobre o total de receitas recebidas da privatização.



A partir de 1994 esse quadro se reverte sendo a maior parte das receitas em moeda corrente, em 1995 ocorre uma diminuição, tanto no uso de moedas correntes, como também no volume de capital oriundo das privatizações. No entanto em 1996 e 1997 vemos um aumento significativo das receitas com a privatização sendo a Light, com um total arrecadado de R\$ 1.545,8 milhões, e a Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA (Malha Oeste, Centro-Leste, Sudeste, Tereza Cristina e Sul), com um total arrecadado de R\$ 1.503,3 milhões, as principais responsáveis em 1996 e a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, com um total arrecadado de R\$ 3.517 milhões, a principal responsável em 1997.

Resultado da Receita por Ano							
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Moeda Corrente	18	31	175	1.415	327	3.057	4.074
Outros Meios de pagamento	1.596	2.370	2.452	551	676	1.023	191
Total da Receita Recebida	1.614	2.401	2.627	1.966	1.003	4.080	4.265



III.2 – PRIVATIZAÇÕES POR SETOR:

O total de empresas privatizadas de 1990 a 1997 foi de 56, sendo 49, empresas e participações federais, a maioria pertencente aos setores Siderúrgico (8 empresas), Químico e Petroquímico (27 empresas), de fertilizantes (5 empresas) e Elétrico (2 empresas). Além disso 6 malhas ferroviárias da Rede Ferroviária Federal S/A e um Terminal de Contêineres.

Foi o setor siderúrgico que deu início ao Programa Nacional de Desestatização em 1991, que teve seu ponto mais alto de recebimento de receitas em 1993, tendo terminado toda a privatização do setor em 1994 arrecadando um total de US\$ 5.561,4 milhões.

SETOR	EMPRESA	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	TOTAL 91/97	SETOR
Siderurgia	Usiminas	1.460,5			480,7				1.941,2	34,9%
	CSN			1.285,0	210,3				1.495,3	26,9%
	Açominas			598,5					598,5	10,8%
	Acesita		465,4						465,4	8,4%
	Cosipa			359,9	225,8				585,7	10,5%
	CST		347,4	6,2					353,6	6,4%
	Piratini		106,7						106,7	1,9%
	Cosinor	13,6	1,4						15,0	0,3%
	Total	1.474,1	920,9	2.249,6	916,8				5.561,4	100,0%

A privatização do setor elétrico teve início em 1995 com a privatização da Escelsa, porém sua grande participação no PND só se deu no ano de 1996 com a desestatização da Light, empresa que foi responsável pela arrecadação de 83% de toda a receita recebida pela privatização do setor elétrico.

SETOR	EMPRESA	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	TOTAL 91/97	SETOR
Elétrico	Escelsa					399,9		119,4	519,3	17,2%
	Light Sesa						2.355,5	153,0	2.508,5	82,8%
	Total					399,9	2.355,5	272,4	3.027,8	100,0%

Apesar do setor Químico e Petroquímico apresentarem um maior número de empresas privatizadas, 27 ao todo, finalizando a desestatização do setor em 1996 e arrecadando US\$ 2.698,7 milhões, foi o setor siderúrgico que apresentou uma maior arrecadação no final do processo de desestatização do setor produtivo.

SETOR	EMPRESA	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	TOTAL 91/97	SETOR
Petroquímica	Copesul		797,1	30,6	33,8				861,5	31,9%
	PQU				287,5				287,5	10,7%
	Copene					270,4			270,4	10,0%
	Petroflex		234,0						234,0	8,7%
	Salgema					139,2			139,2	5,2%
	CPC					99,7			99,7	3,7%
	Polibrasil							99,4	99,4	3,7%
	Poliiolefinas			87,1					87,1	3,2%
	Polipropileno							81,2	81,2	3,0%
	Álcalis		81,4						81,4	3,0%
	Pronor						63,5		63,5	2,4%
	PPH		59,4						59,4	2,2%
	Polisul		56,8						56,8	2,1%
	Oxiteno			53,9					53,9	2,0%
	Politeno					44,9			44,9	1,7%
	Nitrocarbono						29,6		29,6	1,1%
	Nitriflex			26,2					26,2	1,0%
	Coperbo					25,9			25,9	1,0%
	Ciquine					23,7			23,7	0,9%
	Polialden					16,7			16,7	0,6%
	EDN							16,6	16,6	0,6%
	Acrinor					12,1			12,1	0,4%
	Deten							12,1	12,1	0,4%
	CBE			10,9					10,9	0,4%
	Koppol							3,1	3,1	0,1%
	CQR						1,7		1,7	0,1%
	CBP								0,0	0,0%
	Total		1.265,8	171,6	444,6	604,1	212,4		2.698,5	100,0%

O setor de mineração que até então não tinha tido nenhuma desestatização relevante, somente a privatização da Caraíba em 1994 com uma arrecadação de US\$ 5,8 milhões, foi a grande sensação do programa no ano de 1997 com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD e arrecadando só com essa empresa a quantia de US\$ 3.298,9 milhões. A privatização da CVRD sem dúvida foi a mais complexa de todas, e isso devido ao seu tamanho, ao número de empresas que ela engloba e sobre tudo devido a sua posição estratégica para o mercado minerador, com a alienação do controle acionário da CVRD encerra-se o processo de desestatização do setor produtivo.

SETOR	EMPRESA	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	TOTAL 91/97	SETOR
Mineração	CVRD							3.298,9	3.298,9	99,8%
	Caraíba				5,8				5,8	0,2%
	Total				5,8			3.298,9	3.304,7	100,0%

O setor de fertilizantes, assim como o setor portuário e o setor que denominamos como outros, já que representa em presas de setores variados, não contribuíram com um volume tão relevante para as receitas de desestatização, com o setor fertilizantes arrecadando US\$ 418,3 milhões, sendo os anos de 1992 e 1993 os mais expressivos dentro do setor, o setor portuário arrecadou US\$ 251,10 milhões com uma só privatização acontecida em 1997 ficando para 1998 e 1999 a continuação da privatização do resto do setor, e o setor outros arrecadando US\$ 343,9 milhões, sendo os anos mais expressivos os de 1991 e 1993.

SETOR	EMPRESA	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	TOTAL 91/97	SETOR
Fertilizantes	Ultrafertil			205,6					205,6	49,2%
	Fosfertil		182,0						182,0	43,5%
	Goiasfertil		13,1						13,1	3,1%
	Arafertil				10,8				10,8	2,6%
	Indag		6,8						6,8	1,6%
	Total		201,9	205,6	10,8					418,3

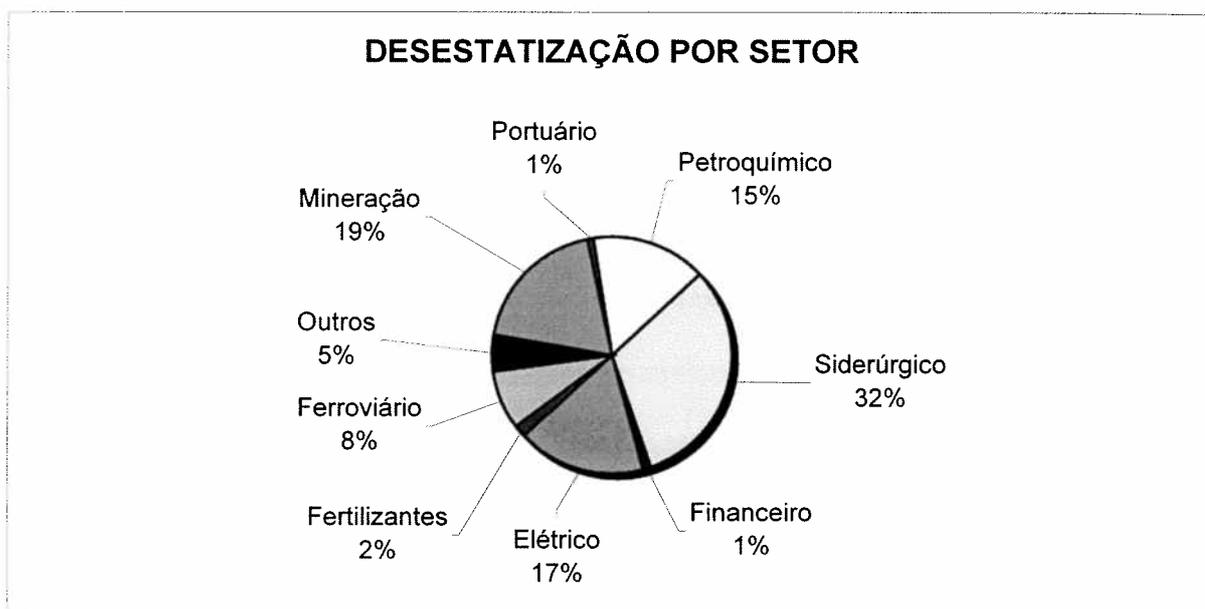
SETOR	EMPRESA	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	TOTAL 91/97	SETOR	
Outros	Embraer			192,0					192,0	55,8%	
	Celma	91,1							91,1	26,5%	
	Mafersa	48,5	0,3						48,8	14,2%	
	SNBP		12,0						12,0	3,5%	
	Total	139,6	12,3	192,0						343,9	100,0%

SETOR	EMPRESA	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	TOTAL 91/97	SETOR
Portuário	Tecon(1) Codesp							251,1	251,1	100,0%
	Total							251,1	251,1	100,0%

O setor ferroviário também teve participação importante na arrecadação de receitas referentes a privatização com US\$ 1.491,10 milhões, representando o 5º maior setor em arrecadação, este começou a ser desestatizado em 1996 ficando uma pequena parcela para 1997.

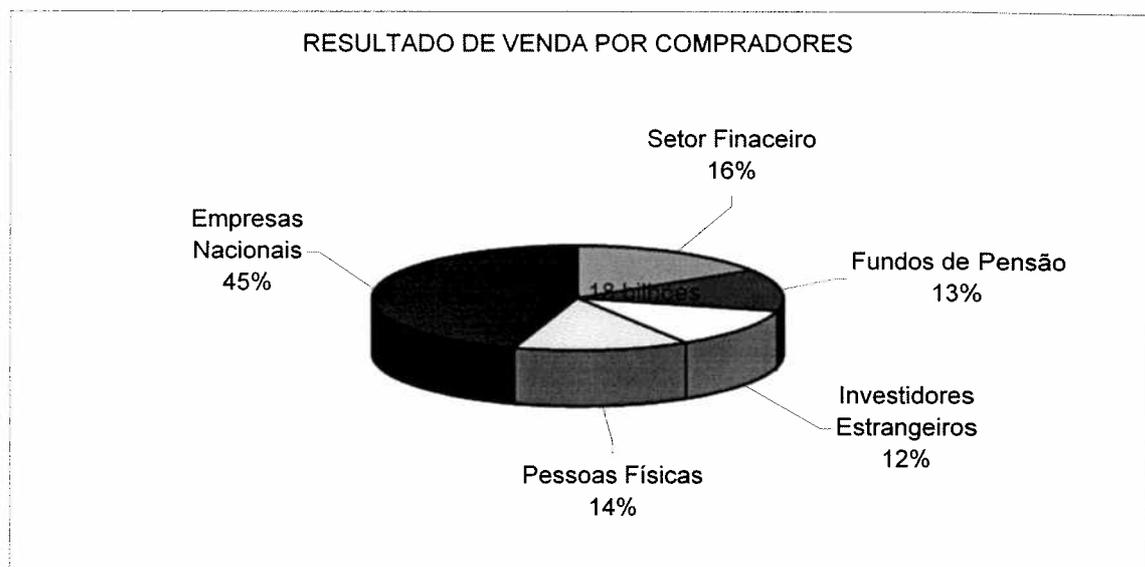
SETOR	EMPRESA	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	TOTAL 91/97	SETOR
Ferroviário	RFFSA(malhas)						63,4		63,4	4,3%
	Oeste						316,1		316,1	21,2%
	Centro-Leste						870,6		870,6	58,4%
	Sudeste						17,9		17,9	1,2%
	Tereza Cristina						208,5		208,5	14,0%
	Sul							14,6	14,6	1,0%
	Nordeste							14,6	14,6	1,0%
	Total						1.476,5	14,6		1.491,1

Veja o gráfico na página seguinte que apresenta o resultado do vendas por setor em porcentagem a até o ano de 1997.



III.3 – PRIVATIZAÇÃO POR COMPRADORES:

Os leilões foram os grandes responsáveis pela arrecadação das receitas nas vendas de empresas desestatizadas, com praticamente 91%, as ofertas ao público representaram 5% e as ofertas aos empregados 4%. Dentro dos leilões vemos as empresas nacionais como as principais compradoras das empresas privatizadas, seguida do setor financeiro, pessoas físicas, fundos de pensão e investidores estrangeiros. Veja como estes dados aparecem no gráfico da página seguinte.



Das 56 empresas privatizadas de 1991 até 1997 o capital estrangeiro aparece em 25 delas. Sendo com participações majoritárias, como é o caso da RFFSA (Malha Oeste) com 100% do capital estrangeiro e a Light com 61% do capital estrangeiro, ou com participações minoritárias. Não existem restrições legais ao capital estrangeiro no que se refere à sua participação no capital votante das empresas desestatizadas, exceto quando existir, na legislação específica do setor ao qual a empresa pertença, qualquer ressalva a esse respeito. Veja no quadro da página seguinte como se comportou a entrada de capital estrangeiro via privatização de 1991 até 1997 separado por empresa.

EMPRESA	MÊS	US\$ Milhões	em % do Total
Usiminas-ord.	Out./91	66,0	2,9%
Usiminas-pref.	Nov./91	80,3	3,6%
Celma	Nov./91	11,3	0,5%
Total 91		157,6	7,0%
Petroflex	Abr./92	1,0	0,0%
Copesul	Mai./92	57,9	2,6%
CST	Jul./92	0,2	0,0%
Fosfertil	Ago./92	0,9	0,0%
Polisul	Set./92	11,4	0,5%
PPH	Set./92	15,3	0,7%
Acesita	Out./92	9,9	0,4%
Total 92		96,6	4,3%
CSN-1º leilão	Abr./93	25,1	1,1%
Cosipa	Ago./93	12,2	0,5%
Açominas	Set./93	0,5	0,0%
Oxiteno	Set./93	27,0	1,2%
Total 93		64,8	2,9%
PQU	Jan./94	1,7	0,1%
CSN-1º leilão	Mar./94	22,8	1,0%
Arafertil	Abr./94	5,4	0,2%
Acrinor	Ago./94	4,5	0,2%
Embraer	Dez./94	59,8	2,7%
Total 94		94,2	4,2%
CPC-pref.	Set./95	1,2	0,1%
Salgema-pref.	Out./95	1,2	0,1%
CQR	Out./95	1,7	0,1%
Total 95		4,1	0,2%
RFFSA-malha oeste	Mar./96	63,4	2,8%
Light	Mai./96	1.384,3	61,8%
Total 96		1.447,7	64,6%
CVRD	Mai./97	375,2	16,7%
Total 97		375,2	16,7%
Total Geral		2.240,2	100,0%

III.4 – DESESTATIZAÇÃO DE ALGUMAS EMPRESAS MAIS DETALHADAMENTE:

Agora veremos a desestatização de algumas empresas onde temos a presença do capital estrangeiro na sua compra. Em algumas como participações majoritárias e em outras como participações minoritárias.

- A **Embraer**, empresa controlada pela União e vinculada ao Ministério da Aeronáutica, é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, com ações negociadas em bolsas de valores. Localiza-se em São José dos Campos (SP). Controla quatro empresas: Industria Aeronáutica Neiva S/A, Embraer Aircraft Corporation (EAC), na Flórida (Estados Unidos), Embraer Aviation International (EAI), na França, e Órbita Sistemas Aeroespaciais S/A. Participa ainda do capital das empresas Motortec Indústria Aeronáutica (11% do capital) e AM-X International Limited (29,7% do capital), sediada em Londres, com as quais mantém contratos de transferência de tecnologia.

A empresa foi incluída no PND pelo decreto 423, de 14/01/92 e a Comissão Diretora do PND aprovou em 01/08/94 a modelagem de venda e o valor mínimo para 100% do capital da empresa R\$ 265 milhões. A estrutura do capital votante da empresa ficou com a seguinte composição, veja na página seguinte.

ACIONISTAS	AÇÕES em %
União	20,0
Banco do Brasil	4,7
Outros Acionista Prévios	0,1
Reserva para Empregados	10,0
Reserva para o Público	10,0
Bozano Simonsen Limited	16,1
Sistel	9,8
Previ	9,8
Privada (18)	9,9
Banval CCTVM	2,0
Outros Compradores Estrangeiros	2,0
Outros Compradores no leilão	5,6
Total	100,0

- **Companhia Química do Recôncavo (CQR)**, constituída em Março de 1963, a CQR, que se localiza no município de Camaçari (BA), produz soda cáustica e cloro a partir da eletrólise do sal fornecido pela Salgema.

O valor aprovado para 100% do capital da CQR foi de R\$ 31,93 mil em termos simbólicos, uma vez que seu valor presente do fluxo de caixa era negativo (Resolução CND/PND 19/95, de 17/08/95).

O leilão foi realizado em 05/10/95, com as ações preferenciais ofertadas em bloco único, com parcela mínima de 10% em moeda corrente. O resultado final do leilão foi de R\$ 1,6 milhões, representando um acréscimo de 13.800% sobre o preço simbólico. As ações foram adquiridas por uma empresa estrangeira que utilizou no pagamento dívidas securitizadas da União (90%) e moeda corrente (10%). Veja abaixo como ficou a composição acionária do capital da empresa.

Acionistas	AÇÕES em%	
	Preferencial	Total
Salgema		49,0
Outros	27,4	14,1
Apply Com. Empreend.	72,6	36,9
Total	100,0	100,0

- **Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA)**, a RFFSA foi criada em 1957 com o intuito de promover e consolidar o transporte ferroviário no país. Em 10/03/92 ela foi incluída no PND por meio do Decreto 473. A modelagem de desestatização foi definida com o objetivo de aumentar a eficiência do sistema de transporte ferroviário, melhorar a qualidade dos serviços, promover a conservação, a racionalização das linhas ferroviárias, equipamentos e instalações, viabilizando o equilíbrio econômico e financeiro do sistema e desonerando a União de investimentos e despesas de custeio.

Para maximizar a arrecadação com a venda da RFFSA foram feitas pesquisas e foi decidido que o melhor seria dividi-la em seis malhas:

1. **Malha Oeste.**
2. **Malha Centro-Leste.**
3. **Malha Sudeste.**
4. **Malha Tereza Cristina.**
5. **Malha Sul.**
6. **Malha Nordeste.**

Os serviços de transporte de carga ferroviária atendidos pelas Malhas Oeste, Centro-

Leste, Sudeste, Tereza Cristina e Sul foram privatizados em 1996, enquanto que a desestatização da Malha Nordeste foi em 1997.

Como só a Malha Oeste teve a presença do capital estrangeiro dentre os outros trechos só vamos abordar mais detalhadamente esse pedaço da RFFSA.

A **Malha Oeste**, composta pela antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando Bauru (SP) a Corumbá em Ponta Porã (MS), corresponde à atual Superintendência Regional de Bauru (SR-10) da RFFSA.

A Resolução CND 04/96, de 22/01/96, aprovou as condições para a desestatização dos serviços prestados pela Malha Oeste da RFFSA através de licitação da concessão de serviço público de transporte de carga, acumulada com o arrendamento de bens operacionais pelo prazo de 30 anos, e a venda de bens de pequeno valor da RFFSA vinculados à referida ferrovia. Para o valor mínimo estipulado aprovado foi de R\$ 60,2 milhões.

No leilão realizado em 05/03/96, na BVRJ, a empresa foi adquirida por R\$ 62.360.000,00, pagos em moeda corrente, o que representou ágio de 3,59% sobre o preço mínimo. O contrato de concessão da Malha Oeste foi assinado em junho de 1996 pela União e pela nova concessionária, já constituída sobre a forma de sociedade anônima, com a denominação de Ferrovia Novo-Oeste S/A . Veja abaixo como ficou a composição acionária do capital da empresa.

Grupo Controlador	Ações em%	Outros	Ações em%
Noel Group, Inc.	20,0	Bankamerica Intern. Invest. Corp.	18,0
Brazil Rail Partners, Inc.	20,0	DK Partners	2,0
Western Rail Investors, LLC	20,0	Chemical Latin America Equity Assoc.	20,0
Total	60,0	Total	40,0

- **Light Serviços de Eletricidade S/A**, é uma empresa concessionária do serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, que atua em 28 municípios do estado do Rio de Janeiro, atendendo cerca de 72% da população do estado, o que representa, aproximadamente 2,7 milhões de consumidores.

A empresa foi incluída no PND em 22/06/92, através do Decreto 572. A fim de viabilizar a privatização da mesma em 27/06/95 o CND aprovou o ajuste de natureza societária e patrimonial, que consistiu na cisão da empresa, com a criação da nova Companhia, constituída pelos bens, créditos e direitos junto à Eletropaulo. Tudo isso foi feito, com o objetivo de conseguir maximizar o valor arrecado com a venda da empresa, que foi estipulado com o preço mínimo fixado de R\$3.717.284.000,00.

O leilão público, realizado na BVRJ em 21/05/96, permitiu a adesão de acionistas minoritários vendendo suas ações em conjunto com a Eletrobrás. Do total ofertado em leilão foram vendidas 4.447.810.790 ações da Eletrobrás e 1.354.719.210 ações de minoritários, ao preço mínimo de R\$ 390,23 por mil ações tendo sido obtidos R\$ 2.264.321.281,90 pela venda de 55,84% do capital social da Light . Veja abaixo como ficou a composição acionária do capital da empresa.

Acionistas	% Leilão	% Capital Social
Electricité de France (EDF)	20,3	11,4
Houston Industries Energy (EUA)	20,3	11,4
AES Coral Reef Inc. (EUA)	20,3	11,4
BNDESPAR	16,4	9,1
CSN	13,0	7,3
Outros	9,7	5,4
Total	100,0	55,8

- **Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)**, a CVRD foi criada em 01/06/1942 pelo governo brasileiro, para ser proprietária e operar as minas de minério de ferro localizadas em Itabira, no Estado de Minas Gerais, e a Estrada de Ferro Vitória a Minas, construída para transportar minério de ferro e produtos agropecuários até o porto de Vitória (ES). A Empresa foi incluída no PND pelo Decreto 1.510, de 1º de junho de 1995, alterado posteriormente pelo Decreto 1.539, de 27 de junho de 1995.

Diante da importância da companhia, para dar conhecimento aos interessados, com antecedência das condições gerais de desestatização da empresa, o CND decidiu emitir em 10/10/96 a Resolução CND 19/96, pela qual seriam alienados 51,12% do capital social da CRV, percentual constituído de 75,97% das ações ordinárias e 6,31% das ações preferenciais.

Aos compradores do controle da CVRD coube a obrigatoriedade de formar uma sociedade de propósito especial (SPE), com o único objetivo de deter ações da companhia pelo prazo mínimo de cinco anos. Nos primeiros cinco anos a participação conjunta, tanto

de empresas siderúrgicas e companhias trading quanto produtores de minério de ferro, ficará limitada a 45% do capital da SPE, para evitar que a CVRD se torne controlada por concorrentes ou por seus consumidores.

Devido ao amplo debate a respeito da existência ou não da presença de novas minas com excelentes reservas minerais, ficou firmado um contrato de risco para pesquisa mineral entre o BNDES e a CVRD, onde pelo contrato cada parte ficará responsável por 50% do investimento e deterá 50% das reservas que por ventura vierem à aparecer.

Em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 06/05/97, o consórcio Brasil, Liderado pela CSN, arrematou 41,73% das ações ordinárias da Vale por R\$ 3.338 milhões, em moeda corrente, correspondendo a R\$ 32,00 por ação, com 20% de ágio em relação ao preço mínimo fixado. Veja abaixo como ficou a composição acionária do capital da empresa.

Acionistas	Ações em%
CSN Steel Corporation	25,0
Litel Participações S/A	39,0
Eletron S/A	17,0
Sweet River Investments, Ltda.	9,0
BNDESPAR	9,0
Investvale	1,0
Total	100,0

IV – PROJEÇÕES FUTURAS PARA A PRIVATIZAÇÃO E A ENTRADA DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO:

Seguindo a tendência mundial, o Brasil empenhou-se nos últimos anos num programa de desregulamentação do setor de telecomunicações, com o objetivo de quebrar o monopólio estatal. Primeiramente nos serviços de telefonia móvel celular, uso da banda B, culminando com a privatização de todo o Sistema Telebrás. Como expresso na nova Lei Geral das Telecomunicações, os serviços serão oferecidos pela iniciativa privada e a regulamentação do setor ficará a cargo da autarquia criada exclusivamente para este fim, a Anatel.

No ano de 1998 o setor de telecomunicações aparece como a vedete das privatizações, seu valor mínimo foi fixado em R\$ 13,47 bilhões, porém o valor arrecadado foi de R\$ 22,058 bilhões, superando de longe os outros setores, representando um ágio de 63,76% sobre o preço mínimo. É importante ressaltar que do total recebido pela desestatização das Teles a participação do capital estrangeiro representou 87,43% do total, ou seja, um valor de R\$ 19,30 bilhões, porém essa receita não foi toda computada em 1998 pelo governo brasileiro, apenas 40% foi recebido, faltando 60% que será dividido em dois lotes de 30% que serão pagos nos dois anos subsequentes ao da compra da companhia.

Empresas	Preço Mínimo R\$ bilhões	Leilão	Ágio	Grupo
Telesp Fixa	3,52	5,78	64%	RBS, Telefonía de Espana
Tele Centro Sul	1,95	2,07	6%	Telecom Itália
Tele Norte Leste	3,40	3,43	1%	Andrade Gutierrez
Embratel	1,80	2,65	47%	MCI - USA
Telemig Cel	0,23	0,76	229%	Bell Canadá/Opportunity
Tele Sudeste Cel	0,57	1,36	139%	Telefonia de Espana e Iberdr
Tele Leste Cel	0,13	0,43	243%	Telefonia de Espana e Iberdr
Tele Nordeste Cel	0,23	0,66	193%	UGB - União Globopar Bradesco
Tele Norte Cel	0,09	0,19	109%	Telesystem
Tele Centro Oeste	0,23	0,44	91%	Splice do Brasil
Telesp Cel	1,10	3,59	226%	Portugal Telecom
Tele Sul Cel	0,23	0,70	204%	UGB - União Globopar Bradesco
Total	13,47	22,06	64%	

O setor foi desestatizado sendo dividido em 12 empresas, a Embratel, mais três companhias de telefonia fixa e oito de celular, com o objetivo da alienação em blocos únicos e indivisíveis compostos pelas ações ordinárias. A alienação foi subdividida em 3 grupos, GRUPO A, GRUPO B e GRUPO C, conforme descrito a seguir:

O GRUPO A compreende as seguintes companhias:

- a) TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.;
- b) TELE CENTRO SUL PARTICIPAÇÕES S.A.;
- c) TELESP PARTICIPAÇÕES S.A.;
- d) EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

O GRUPO B compreende as seguintes companhias:

- a) TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.;
- b) TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.;
- c) TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S.A.;
- d) TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

O GRUPO C compreende as seguintes companhias:

- a) TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.;
- b) TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.;
- c) TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.;
- d) TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

O leilão foi realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro com a presença de 40 grupos disputando as Teles. Entre elas, estão dez das maiores operadoras de telecomunicações do mundo: as européias Telefónica de Espanha, France Telecom, Telecom Itália, Bell Canadá, Portugal Telecom, a Japonesa NTT Mobile e as americanas Air Touch, Bell South, Sprint e MCI.

Para o restante do ano de 1998 até 2000 teremos inúmeras privatizações à serem feitas, porém como é sabido as desestatizações que tem maior importância são as do setor de energia, mais especificamente o de geração, devido as suas dimensões, complexidade e montante a ser arrecadado. Veja agora a projeção do cronograma das desestatizações para os anos seguintes:

Empresas	Data Prevista
Linha 4 do Metrô	24 de novembro/98
Cia Energética de Alagoas	03 de dezembro/98
Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba	Dezembro/98
Empresas Espelho (*)	15 de janeiro/99

Rede Federal de Armazéns Gerais e Ferroviários	4º trimestre/98
Cia de Gás da Bahia	4º trimestre/98
Banco do Estado do Mato Grosso	4º trimestre/98
Manaus Energia S/A	4º trimestre/98
Cia de Gás do Ceará	4º trimestre/98
Ofertas Públicas:	
- Light	1º trimestre/99
- CVRD	1º trimestre/99
- Petrobrás	1º trimestre/99
Cia de Processamento de Dados do RS	1º trimestre/99
Cia Energética de São Paulo:	
- Cia de Geração do Tietê	1º semestre/99
- Cia de Geração do Paranapanema	1º semestre/99
- Cia de Geração do Pardo	1º semestre/99
- Cia de Geração do Paraná	1º semestre/99
Banco Estadual de São Paulo	1º trimestre/99
Cia Energética de Pernambuco	2º trimestre/99
Datamec S/A	1º semestre/99
Instituto de Resseguros do Brasil	2º semestre/99
Furnas	1º semestre/99
Cia Espírito-santense de Saneamento	1º trimestre/99
CHESF	1º semestre/99
Eletronorte	1º semestre/99
Cia Energética do Piauí S/A	2º trimestre/99
Cia Energética do Maranhão	2º trimestre/99
Emp. Saneamento de Mato Grosso do Sul	2º trimestre/99
Centrais Elétricas de Rondônia S/A	3º trimestre/99
Centrais Elétricas do Estado do Acre	3º trimestre/99

(*) Concessões para empresas que serão autorizadas a competir com as "holdings" de telefonia fixa e a Embratel

O setor elétrico brasileiro começou a tomar forma a partir da década de 50 sob o comando da empresa pública, que traçou todo seu desenvolvimento até recentemente quando se iniciou o processo de privatização. Com as empresas públicas na liderança dos investimentos, a capacidade de geração do país quadruplicou, saltando de 11.048 MW, em 1970 para 44.107 MW em 1985. No entanto, a partir de meados dos anos 80, a diminuição dos recursos externos, a extinção do imposto vinculado e a contenção tarifária levaram a uma brusca queda dos investimentos no setor, reduzindo o ritmo de expansão da capacidade instalada para 4,1 % a.a., em comparação a 11,8 % a.a. da década anterior, e atingindo 3,3 % nos anos noventa.

A partir daí, dada a real possibilidade de blecaute e a urgência de investimentos, o setor passou a ter importância estratégica, com o governo contemplando a participação do setor privado nos pesados investimentos para viabilizar a expansão da oferta de energia elétrica nos volumes e ritmos exigidos pelo mercado.

As mudanças institucionais operadas no setor elétrico brasileiro e o desenvolvimento do programa de privatizações iniciado em 1995, com a venda em um primeiro momento de concessionárias distribuidoras, vêm se refletindo no crescimento paulatino da participação privada nos principais indicadores setoriais. A agenda de privatização para 1999 acentuará essa participação com o início da venda das geradoras, além da implantação e operação de plantas de geração térmica por empresas privadas.

Por suas características, o setor elétrico é demandante de investimentos. Em 1997, foram investidos R\$ 5,5 bilhões, dos quais R\$ 2,0 bilhões foram realizados pelo Sistema Eletrobrás. Assim, dentre os principais segmentos da infra-estrutura (energia elétrica, petróleo e telecomunicações), o setor elétrico brasileiro se destaca por ter sido historicamente o de maior peso no volume de investimentos. Mesmo com a desaceleração dos investimentos públicos nos últimos anos, o setor elétrico participou, em 1997, com cerca de 3,87% da Formação Bruta de Capital Fixo do país.

EVOLUÇÃO BRUTA DOS INVESTIMENTOS			
Anos	Investimentos (US\$ milhões)	% PIB	% FBKF
1990	4.600	1,0	4,78
1991	4.000	1,0	5,51
1992	3.800	1,0	5,37
1993	3.200	0,7	3,87
1994	4.500	0,8	4,09
1995	6.400	0,9	4,64
1996	5.700	0,8	4,00
1997	5.500	0,7	3,87

O Plano Decenal de Expansão 1998/2007 prevê, para os próximos cinco anos, investimentos anuais de cerca de R\$ 8,0 bilhões, dos quais 3,4 bilhões somente aplicados no segmento de geração. No horizonte de 10 anos, a projeção de oferta no sistema interligado pressupõe a construção de 98 usinas hidroelétricas e 13 térmicas. Desta forma, a participação de usinas térmicas na estrutura do parque gerador passará dos atuais 8,6% para 17,5 % da capacidade instalada no país.

INVESTIMENTOS PROJETADOS (R\$ bilhões)						
Segmentos	1998	1999	2000	2001	2002	Total
Geração	3,6	3,8	3,7	3,1	3,0	17,2
Transmissão	3,6	2,6	1,6	2,2	2,3	12,3
Distribuição	1,7	1,6	1,5	1,5	1,5	7,8
Inst. Gerais	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	2,2
Total	9,4	8,5	7,2	7,2	7,2	39,5

Vendo as projeções do plano decenal, temos a certeza da importância da participação do capital estrangeiro na privatização desse setor, pois como foi visto, o capital externo não entrará apenas no momento da aquisição do capital da Companhia, mas também, com os investimentos pesados que são necessários nesse setor.

O processo de privatização do setor elétrico deverá contemplar a reorganização societária e patrimonial das empresas do Sistema Eletrobrás. O Brasil deverá contar com oito geradoras de energia elétrica, além da Gerasul, privatizada em setembro por R\$ 946 milhões, haverão sete empresas fruto da cisão de Furnas, Chesf e Eletronorte. O processo de separação dos ativos das estatais resultará em duas geradoras de Furnas, uma ficará com a produção de energia no Rio Grande, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais e a outra com a bacia do Rio Grande, situada entre Minas Gerais e Goiás; duas da Chesf, com o controle das usinas termoeletricas e as linhas de transmissão existentes no país, ficando por conta da União; e três da Eletronorte, uma ficará com a Usina Hidroelétrica de Tucuruí e as outras duas abrangeriam os Estados de Amapá, Rondônia e Acre. Em linhas gerais, a proposta de desestatização é semelhante a do Sistema Telebrás, cuja as telefônicas foram agrupadas em 12 “holdings”. No entanto, está descartado que as sete geradoras sejam vendidas em um só leilão.

Para conseguir atrair investidores, o Governo deve começar a venda pelas geradoras resultantes da cisão de Furnas. Isso porque existe a hipótese das sete companhias não serem vendidas em 1999, e por esse motivo serão ofertadas primeiro as empresas menos problemática, hoje Furnas tem o menor endividamento R\$ 900 milhões, além das empresas resultantes da cisão de Furnas terem sede no Rio de Janeiro.

CONCLUSÃO:

A privatização foi sem dúvida de grande importância para economia brasileira, se analisarmos pelo lado microeconômico, vemos uma melhoria da eficiência das empresas privatizadas com o aumento dos investimentos, a desburocratização dos serviços e com isso, conseqüentemente uma melhoria nos serviços prestados.

Pelo lado das contas públicas vemos uma diminuição dos gastos do governo. Com a diminuição das empresas que fazem parte do setor público diminuí-se os investimentos, além de aumentarem-se as receitas advindas da Desestatização.

Do ponto de vista abordado nesse trabalho de monografia, que diz respeito a entrada do capital estrangeiro, vimos que o Programa Nacional de Desestatização – PND, favoreceu fortemente esta entrada, devido as boas oportunidades de negócios que tais privatizações representaram, tanto no setor produtivo como no setor de serviços. Vimos como aumentou o influxo de capital com o advento desse programa, e como esse influxo poderá se manter alguns anos depois do término do programa com a necessidade de investimentos nos setores que foram passados ao setor privado, porém alguns fatores macroeconômicos devem ser levados em conta para esse influxo continuar.

Bibliografia:

- “Capital flows to Brazil in the nineties: Macroeconomic aspects and the effectiveness of controls” – Márcio Gomes Pinto Garcia e Alexandre Barcinski – Março/97
- Boletins do Banco Central – Várias Edições
- “Relatório de Atividades do Programa Nacional de Desestatização” - BNDES – 1994 a 1997
- “Caderno de Infra Estrutura do Setor Elétrico”- BNDES – 1998
- “Caderno de Infra Estrutura do Setor de Telefonia”- BNDES – 1998
- “Brasil para Investidores Estrangeiros” – Relatório Econômico Andima – Setembro/97
- Revista ISTO É – Janeiro de 1998 – Pág. 74 a 75
- Revista ISTO É – Agosto de 1998 – Pág. 28 a 32
- “Caderno Especial de Privatização”- Folha de São Paulo – 07 de Abril de 1998
- Revista Veja – Agosto de 1997 – Pág. 66 a 71
- “Privatização: Maior Disputa por Recursos” – Gazeta Mercantil - 05 de Janeiro de 1998
- “BNDES prevê novos empregos nas telecomunicações – O Estado de São Paulo – 21 Agosto de 1997